

A redação do ENEM e a produção de discursos a respeito da norma-padrão no *Instagram*

ENEM's essay and the production of discourses related to the standard norm on *Instagram*

Sarah Pereira dos Santos¹

Universidade Federal de Catalão - UFCAT
sarahpds50@gmail.com

Bruno Franceschini²

Universidade Federal de Catalão - UFCAT
bfranceschini@ufcat.edu.br

RESUMO: Este artigo, à luz dos Estudos Discursivos Foucaultianos, tem por objetivo analisar enunciados retirados da rede social *Instagram*, nos quais circulam discursos acerca da exigência do uso da norma-padrão aos alunos concluintes do terceiro ano do ensino médio ao produzirem a redação do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), com vistas a verificar se há o exercício de práticas de normatização e de normalização dos sujeitos da educação frente à língua. Assim, foram selecionados quatro perfis de professores de língua portuguesa produtores de conteúdos voltados ao ENEM no *Instagram* e, a partir destes perfis, foram recortados quatro *posts* a fim de identificar, em meio à dispersão constitutiva do discurso, as regularidades presentes sobre a imposição da norma-padrão. Enquanto percurso teórico, as reflexões apresentadas estão embasadas nas análíticas foucaultianas referentes ao instrumental teórico-metodológico composto pelos conceitos de condições de possibilidade, discurso, enunciado, formação discursiva e sujeito e, também, em discussões propostas por Veiga-Neto (2000, 2013, 2014), para o diálogo com a Educação. Como resultados, constatou-se, por meio das regularidades encontradas, que os professores corroboram com a normalização disciplinar do exame e ocupam a posição de sujeito-professor capaz de moldar e qualificar o estudante para a participação no exame.

Palavras-chave: Estudos Discursivos Foucaultianos; *Instagram*; Redação do ENEM; Língua portuguesa.

ABSTRACT: This article, in the light of Foucauldian Discursive Studies, aims to analyze statements taken from the social network Instagram which put into discourse the requirement of using the standard norm for senior high school students when preparing for the writing evaluation of the National High School Exam (ENEM), in order to verify whether there is the exercise of normalization and normatization practices towards the subjects of education in relation to the language. Thus, four profiles of Portuguese language teachers, content creators on Instagram related to the exam were selected and, based on these profiles, four posts

¹ Graduada em Letras - Português pela Universidade Federal de Goiás - Regional Catalão. Discente do Programa de Pós-Graduação em Estudos da Linguagem da Universidade Federal de Catalão.

² Doutor em Estudos Linguísticos pela Universidade Federal de Uberlândia (2017). Docente do Instituto de Estudos da Linguagem e do Programa de Pós-Graduação em Estudos da Linguagem da Universidade Federal de Catalão.

were selected in order to identify, amid the constitutive dispersion of the discourse, the regularities present in teachers' speeches about the imposition of the standard norm. As a theoretical path, the reflections presented are based on Foucauldian analytics referring to the theoretical-methodological instrument composed of the concepts of conditions of possibility, discourse, statement, discursive formation and subject and, also, in discussions proposed by Veiga-Neto (2000, 2013, 2014), for the dialogue with Education. The results shows, through the regularities, that the teachers corroborate to the disciplinary normalization of the exam and occupy the position of subject-teacher capable of molding and qualifying the student for the participation in the exam.

Keywords: Foucauldian Discursive Studies; *Instagram*; ENEM; Portuguese language.

Palavras iniciais

Em sua trajetória, Foucault teve por objetivo problematizar e descrever as formas pelas quais nos tornamos sujeitos. Para o filósofo (2008), a transformação de um indivíduo em sujeito se dá por meio do imbricamento entre saber e poder, noções intimamente relacionadas a várias instituições, inclusive a escolar. Entretanto, a escola, atualmente, não se restringe apenas ao espaço físico regular. Com o advento da tecnologia e o avanço das redes sociais, assistimos a uma nova forma de produzir subjetividades: as redes sociais. Entretanto, isso não desvincula a escola desse processo, uma vez que “essa instituição ainda permanece bastante referenciada nos procedimentos disciplinares e envolvida na produção de indivíduos dóceis” (VEIGA-NETO; MORAES, 2008, p.02).

Segundo Foucault, em *Vigiar e Punir* (1987), umas das formas de controle de uma instituição disciplinar, como a escola, é o exame, uma prática de poder que tem por característica a normalização, a vigilância qualificada, a organização de uma classificação e a punição, operando um ritual de poder em conjunto com a verdade. De modo análogo, podemos pensar na instituição do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), instituído em 1998 pelo Estado. Em tal avaliação, cuja finalidade é analisar as competências e habilidades dos estudantes egressos do ensino médio, há, com os resultados obtidos, o registro de um saber e a operação de um poder sobre o sujeito-aluno, colocando esses corpos em um regime de visibilidade.

Na composição do ENEM, para além das 180 questões de múltipla escolha, divididas em quatro grandes áreas, a saber: Ciências Humanas e suas Tecnologias, Linguagens, Códigos e suas Tecnologias, Matemática e suas Tecnologias e Ciências da Natureza e suas Tecnologias, há, ainda, a avaliação discursiva, no formato de uma redação dissertativo-argumentativa, com temática desconhecida pelos participantes até o momento da prova, cuja escrita deve ocorrer dispondo-se da norma-padrão. Segundo o manual de correção (2019b) disponibilizado pela banca, isso significa que os alunos devem seguir as regras determinadas pela gramática normativa, a qual pode ser entendida como “o conjunto de normas para bem falar e escrever, estabelecidas pelos especialistas, com base no uso da língua consagrado pelos bons escritores” (FRANCHI, 2008, p.16). Deste modo, os avaliadores devem considerar qual é o conhecimento dos estudantes em relação à gramática da língua portuguesa na construção do texto.

Considerando, então, o escopo da avaliação, vemos se desenhar as condições históricas de possibilidade no campo para a preparação para a prova, tanto de docentes quanto de discentes. A partir dessas condições de realização do exame, tomando a escola enquanto

instituição de saber-poder, professores e alunos assumem diferentes posições de sujeito em enunciados produzidos tanto no espaço digital quanto no espaço escolar.

Nesse sentido, este artigo visa analisar de que maneira as condições de possibilidade que permitem o funcionamento da prova discursiva do ENEM constituem um discurso acerca do funcionamento da língua produzido pelo sujeito-professor. Para tanto, utilizaremos como embasamento teórico as análises de Foucault (1987; 2008) sobre condições de possibilidade, enunciado, discurso, formação discursiva e sujeito, e também comungaremos de discussões propostas por Veiga-Neto e Moraes (2000; 2008) sobre escola enquanto instituição disciplinar e as tecnologias como nova forma de prática de poder e produção de subjetividades.

O *corpus* a ser investigado se constitui de recortes de quatro *posts*, coletados em quatro *perfis* de professores de língua portuguesa presentes no *Instagram*. Estabelecemos, enquanto critérios de seleção, *perfis* de professores que, além da formação em letras, se identificassem como professores de redação e criassem conteúdo especificamente para a redação do ENEM. Além disso, priorizamos *perfis* que apresentassem um número acima de 10.000 seguidores, devido ao alcance que possuem, e desenvolvessem algum tipo de material comerciável, como cursos, apostilas, consultorias, correções personalizadas etc., visto que o *Instagram* se modificou ao longo dos anos e, agora, mostra-se como uma ferramenta direcionada à abertura de contas empresariais.

Ademais, justifica-se a escolha da plataforma *Instagram* como suporte de materialidade dos enunciados, em razão da alta abrangência que a rede social atingiu nos últimos anos, em junho de 2018³, o *Instagram* alcançou a marca de um bilhão de usuários ativos. Ressalta-se que o intuito não é criticar os professores enquanto indivíduos, mas analisar as condições de possibilidade que emergem do exame e constituem os sujeitos da educação (LARROSA, 1994) no escopo da avaliação. Por conseguinte, não divulgaremos os nomes dos perfis que serão analisados e, para fins de organização, utilizaremos a nomenclatura sujeito 01, sujeito 02, sujeito 03 e sujeito 04 para nos referirmos aos professores proprietários das contas que serão analisadas.

Torna-se, também, fundamental explicar que este trabalho não tem como finalidade questionar a utilização da norma-padrão como a variante selecionada para a realização do texto dissertativo-argumentativo, mas, sim, averiguar como essa exigência, já a considerando como um fato, captura os professores e possibilita uma formação discursiva que perpetua um ensino tradicional, estruturalista e normatizado da língua, apesar de não ocuparem o espaço físico da

³ Disponível em: <<https://pt-br.facebook.com/business/marketing/instagram>>. Acesso em: 12 fev. 2021

sala de aula, e sim as redes sociais.

Em vista de nossa investigação ser pautada nos estudos discursivos foucaultianos, empenharemo-nos em utilizar o método arqueogenealógico (FOUCAULT, 2008); dessa forma, analisaremos o *corpus* a partir de suas regularidades, em um batimento entre teoria e análise nos jogos de saber-poder. A princípio, direcionamos a nossa atenção à discussão teórica junto a análise das condições de possibilidade que emergem do funcionamento do ENEM. Posteriormente, atentamo-nos às análises do *corpus* selecionado evidenciando os efeitos de sentido provenientes dos enunciados em foco. Desse modo, este estudo justifica-se devido à possibilidade de descrever e problematizar de que forma, na contemporaneidade, por meio das redes sociais, a escola disciplinar continua a produzir subjetividades.

Compreendendo as condições de possibilidade dos discursos sobre o ensino de língua no Instagram

De acordo com Veiga-Neto (2000, p. 4), a escola tornou-se uma instituição capaz não apenas de gerar novos saberes, mas de preparar o aluno a viver em um “Estado governamentalizado”. Se nessa discussão queremos investigar quais são as condições de possibilidade que tornam possível uma formação discursiva sobre a norma-padrão a partir da prova de redação do ENEM, devemos partir do conceito de que a escola enquanto instituição faz parte dessas condições. Como explana Larrosa (1994, p. 51):

As práticas educativas são consideradas como um conjunto de dispositivos orientados à produção dos sujeitos mediante certas tecnologias de classificação e divisão tanto entre indivíduos quanto no interior dos indivíduos. A produção pedagógica do sujeito está relacionada a procedimentos de objetivação, metaforizados no panoptismo, e entre os quais o "exame" tem uma posição privilegiada. O sujeito pedagógico aparece então como o resultado da articulação entre, por um lado, os discursos que o nomeiam, no corte histórico analisado por Foucault, discursos pedagógicos que pretendem ser científicos e, por outro lado, as práticas institucionalizadas que o capturam, nesse mesmo período histórico, isto é, aquelas representadas pela escola de massas.

Consoante ao exposto pelo autor, por meio do discurso pedagógico e das práticas educativas que a instituição escolar continua a produzir sujeitos tendo o exame, uma ferramenta que serve para controlar e classificar os indivíduos, como parte fundamental desse processo. Portanto, mostra-se essencial investigar os discursos produzidos atualmente pelos sujeitos da educação. Entretanto, primeiramente, é necessário que entendamos, de acordo com as analíticas

de Foucault (2008), de que lugar partimos com relação ao conceito de discurso, A noção de discurso, segundo Foucault (2008, p. 132-133), está caracterizada por compreender “um número limitado de enunciados para os quais podemos definir um conjunto de condições de existência”. Acerca das condições de existência, é preciso considerar a heterogeneidade de seus elementos, a descontinuidade e a dispersão dos enunciados na instância do acontecimento discursivo e na constituição material do enunciado, os quais estão no domínio dos procedimentos de controle do discurso, autorizando ou não o que pode e deve ser dito (FOUCAULT, 1996).

Neste estudo, por exemplo, questionamos as condições que possibilitaram a formulação do ENEM e como, na atualidade, a presença da prova de redação pode ser um meio para aferirmos a normalização e a normatização das condutas dos sujeitos da educação com relação à norma culta da língua, tomando, como objeto de análise, a subjetividade do sujeito-professor no *Instagram*.

Por conseguinte, o discurso, e, no caso aqui em discussão, o discurso pedagógico, pode ser considerado prática discursiva, cuja emergência é limitada às “regras de aparecimento”, formada por uma rede de enunciados, inserida em determinadas formações discursivas (FOUCAULT, 1989). O fato de o discurso apresentar “regras de aparecimento” e “condições de utilização” atesta que os discursos assumidos pelos sujeitos os antecedem e até mesmo os capturam. Desta forma, objetivamos analisar quais são os discursos formulados pelos sujeito-professor acerca da obrigatoriedade do uso da norma-padrão, a partir da compreensão das “regras de aparecimento” que permitiram o surgimento desses discursos.

Nessa perspectiva, pensar em um sujeito único, fundante, invalida até mesmo o reaparecimento de determinados enunciados que, regidos por novas condições de possibilidade, terão novos indivíduos assumindo o papel de sujeito de suas formulações. Sendo assim, podemos dizer que o sujeito, segundo Foucault (2008), não antecede a existência do enunciado, não é o autor, nem mesmo o sujeito normatizado pela gramática da língua, mas, de acordo com o teórico, o sujeito é um lugar vazio que pode ser ocupado por diferentes indivíduos.

Dessa forma, analisar o sujeito de um enunciado significa investigar quais foram os requisitos cumpridos para que tal posição fosse ocupada mesmo em uma rede social ministrando conteúdos em uma plataforma digital. É interessante notar que a posição de sujeito-professor é ocupada ainda que fuja do espaço escolar tradicional, mas a sua prática discursiva remete ao ensino tradicional, em uma concepção estruturalista.

Em entrevista concedida, Michel Foucault (2008, p. 91) afirma que “o que transforma uma frase, proposição ou atos de fala em enunciado é a função enunciativa”. Por sua vez, a

função enunciativa, na obra *A Arqueologia do Saber* (2008), é descrita de forma abrangente, visto que o autor elucida as quatro regras que possibilitam a emergência de um enunciado – a existência de um referencial, um sujeito, um campo associado e uma materialidade.

Foucault (2008, p. 103) explica que um enunciado “não tem diante de si um correlato ou a ausência de um correlato”, mas que possui um “referencial constituído de leis de possibilidade”. Em outras palavras, o enunciado surge a partir de condições de possibilidade que permitem sua singularidade e dispersão. Esse referencial funcionará como um princípio de diferenciação que permitirá identificarmos as regras que possibilitaram seu aparecimento naquele lugar e os efeitos de sentido provenientes disso. Segundo as análises em *A Arqueologia do Saber* (FOUCAULT, 2008, p. 48), para que os enunciados façam parte de uma formação discursiva, é necessário que seja possível

[...] descrever, entre um certo número de enunciados, semelhante sistema de dispersão, e no caso em que entre os objetos, os tipos de enunciação, os conceitos, as escolhas temáticas, se puder definir uma regularidade (uma ordem, correlações, posições e funcionamentos, transformações), diremos, por convenção, que se trata de uma *formação discursiva*.

Em consonância ao exposto por Foucault (2008), as formações discursivas se dão quando há a possibilidade de descrever regularidades e dispersões em “certo número de enunciados”. Logo, percebe-se que as próprias práticas discursivas impõem condições para que o sujeito possa assumir determinados enunciados e não outros, uma vez que essas práticas determinarão quais são as regularidades e dispersões presentes nos enunciados para constituírem as formações discursivas.

Como um breve comentário anterior à entrada na análise, neste jogo de batimento com a teoria, consideramos a coleta das postagens como uma dispersão, tendo em vista os diferentes perfis selecionados, na qual podemos cartografar uma regularidade e agruparmos enunciados para descrevermos uma formação discursiva acerca do discurso pedagógico relacionado ao ensino de língua portuguesa para a prova de redação do ENEM.

Portanto, quando se sugere que o analista do discurso escave, analise e problematize as condições de emergência dos enunciados, significa que deverá observar o que possibilitou a existência, coexistência ou transformação desses enunciados. Segundo Menezes (2017, p. 108), isso será feito “por meio das regularidades enunciativas que especificam um campo efetivo de aparecimento”, ou seja, são as regularidades que permitirão a emergência de um enunciado e não outro em seu lugar. Foucault adverte ainda que regularidade não deve ser tomada em oposição à irregularidade de outro enunciado, mas sim a outras regularidades que caracterizam

outros enunciados (FOUCAULT, 2008).

Partir do princípio de que os discursos possuem condições de emergência significa considerar a história que há por trás dos enunciados que os formam, não de maneira contínua como se o objetivo fosse encontrar uma versão fundante e primária do discurso, pelo contrário, considerar a história como condições de possibilidade significa que os enunciados devem ser tratados em sua descontinuidade e dispersão, um enunciado em relação ao outro.

O que intentamos neste trabalho é analisar de que forma os indivíduos que assumem a posição de sujeito-professor em uma rede social, como o *Instagram*, inscrevem-se em determinadas formações discursivas sobre o funcionamento da língua a partir das condições de possibilidade que permitem a emergência de enunciados sobre o ENEM.

Abordaremos, de forma sucinta, nos tópicos a seguir, o que poderia ser considerado como problemas relacionados ao exame como sendo as condições de possibilidade que proporcionam o seu funcionamento, a saber: a escola enquanto instituição que produz sujeitos, o ENEM enquanto exame disciplinar e a exigência do uso da norma na elaboração da prova discursiva.

A escola e as práticas de poder

No âmbito do pensamento foucaultiano acerca da analítica do poder, o saber e o poder estão intimamente relacionados. Em *Vigiar e Punir* (FOUCAULT, 1987), o autor cita as formas de controle sobre os corpos sociais em forma de equiparação entre hospitais, quartéis e escolas, evidenciando que as instituições de ensino se mostram como dispositivos estratégicos de poder, formas planejadas de controle, de separação e interdição dos sujeitos, por meio da instituição dos saberes.

No agenciamento da polivalência tática dos discursos (FOUCAULT, 1996) e no exercício das práticas de poder (FOUCAULT, 1987), considerando o saber-poder do ensino de língua em sua inscrição em um campo científico e também atendendo à produtividade do poder visando o ingresso no ensino superior, observamos as maneiras pelas quais o poder se exerce nas formas de vigilância que resultam em controle. Prova desse controle nas escolas é o fato de como se dá a organização deste ambiente, muros altos, cercas, portas, trancas, fileiras, detenções, horários rígidos, inspetores de corredor e muitos outros fatores que nos passam a sensação de que escola e prisão possuem esquemas organizacionais bem parecidos.

O próprio edifício da Escola devia ser um aparelho de vigiar; os quartos eram repartidos ao longo de um corredor como uma série de pequenas celas; a intervalos regulares, encontrava-se um alojamento de oficial, de maneira que cada dezena de alunos tivesse um oficial à direita e à esquerda; [os alunos aí ficavam trancados durante toda a noite [...]] (FOUCAULT, 1987, p. 198).

Torna-se interessante ressaltar que Foucault dedicou-se a questionar as formas de constituição dos sujeitos da sociedade e, dentre as instituições, com potencial poder de fabricação desses sujeitos, estudadas pelo teórico é a escola, a qual, enquanto dispositivo institucionalizado, mostrou-se extremamente eficaz tanto no controle dos corpos quanto na fabricação de corpos dóceis úteis às práticas de poder em exercício.

Na contemporaneidade, ainda assistimos a uma escola disciplinar e normativa que possui êxito em subjetivar e objetivar os corpos, transformando-os em dóceis. Para Foucault (1987, p. 61), “é dócil um corpo que pode ser submetido, que pode ser utilizado, que pode ser transformado e aperfeiçoado”. Dessa maneira, ao analisarmos o objetivo da educação, descrito no Art. 2º da lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional – “A educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho” (BRASIL, 1996) –, os termos “preparo”, “desenvolvimento” e “qualificação” formam uma tríade de objetivação e subjetivação desses corpos que precisam ser preparados pelo Estado. A normatização da escola fica ainda mais explícita ao considerarmos a BNCC (Base Nacional Comum Curricular), um documento de caráter normativo que destitui o caráter exclusivo do saber e incorpora as habilidades e competências que o aluno do século XXI precisa apresentar para ser útil ao neoliberalismo.

Trazer à tona o caráter normativo e normalizador da escola não significa que acreditemos que essa instituição não sofreu mudanças ao longo dos anos, pelo contrário, são as mudanças proporcionadas, inclusive pelo neoliberalismo, que permitem a reorganização da instituição na fabricação de sujeitos, conforme alertam Veiga-Neto e Moraes (2008, p. 8), a escolarização em uma perspectiva neoliberal surge para “criar/moldar o sujeito-cliente”. Entretanto, o discurso produzido acerca de um sujeito-aluno que possua habilidades e competências, que seja capaz de aprender a aprender não anula a perspectiva disciplinar presente na escola, utilizada pelo Estado ao propor uma forma de verificação de aprendizagem dessas competências ao término da educação básica.

ENEM: um dispositivo disciplinar contemporâneo

O ENEM tem por objetivo avaliar as habilidades e competências dos alunos egressos da terceira série do ensino médio, conseqüentemente, também examina a qualidade de ensino das instituições escolares. Essa verificação de aprendizagem alcançou, em 2004, um objetivo maior ao oferecer bolsas de estudos para os estudantes em instituições privadas por meio do Programa Universidade para Todos (ProUni) e expandiu-se, a partir de 2009, com a criação do Sistema de Seleção Unificada (SiSu), possibilitando que os estudantes ingressassem em instituições públicas, democratizando o acesso às políticas públicas de educação. Por esta razão, o ENEM passa a ter uma adesão significativa daqueles que objetivavam ingressar no ensino superior, alcançando milhões de inscritos no país (BRASIL, 2005).

Apesar de o objetivo principal da prova ser a verificação da aprendizagem, sabe-se que o ENEM reverbera outros efeitos de sentido na sociedade. Para exemplificar, podemos observar que, ao se tornar a principal forma de ingresso nas universidades públicas do país, o *marketing* de instituições educacionais privadas foi modificado, uma vez que passaram a associar o número de aprovações à qualidade do ensino oferecido. Ademais, o ENEM também movimentou parte considerável da economia, ao possibilitar a criação de plataformas de estudo, de correção, cursos destinados à preparação do estudante, materiais apostilados que permitam o treino exaustivo de questões baseadas no edital disponibilizado pela banca, entre outros.

Para além disso, uma mudança significativa nos chama atenção, professores perceberam a oportunidade de transformarem os seus perfis pessoais em perfis profissionais, nos quais, de maneira gratuita ou não, oferecem um ensino personalizado voltado aos seguidores sobre o conteúdo da prova. Isso significa que o exame enquanto dispositivo disciplinar conseguiu superar as barreiras físicas impostas pela ausência das tecnologias. É importante ressaltar que, ao utilizarmos o termo exame com a intenção de nos referirmos à prova nacional para verificação de aprendizagem do ensino médio, fazemo-lo de modo a demonstrar que o ENEM é um exercício do exame foucaultiano, uma vez que os sujeitos são colocados em regimes de visibilidade com a finalidade de evidenciar a situação da aprendizagem dos concluintes do ensino médio.

Torna-se relevante observarmos que Foucault (1987) descrevia o exame como um dos recursos para o bom adestramento dos corpos, dado que os exemplos descritos no parágrafo anterior conseguem elucidar esse adestramento na sociedade, o que ratifica considerarmos o ENEM disciplinar e constituinte de novas práticas de subjetivação por meio da relação intrínseca entre saber e poder. Segundo Foucault, o exame

[...] combina as técnicas da hierarquia que vigia e as da sanção que normaliza. É um controle normalizante, uma vigilância que permite qualificar, classificar e punir. Estabelece sobre os indivíduos uma visibilidade através da qual eles são diferenciados e sancionados. É por isso que, em todos os dispositivos de disciplina, o exame é altamente ritualizado (FOUCAULT, 1987, p. 153).

Analisar o formato de aplicação da prova nos remete ao que Foucault explica sobre o surgimento das disciplinas, em que os corpos não são mais coagidos pela violência, mas sim que a disciplina “tem como fim principal um aumento do domínio de cada um sobre seu próprio corpo” (FOUCAULT, 1987, p. 118). Isso pode ser observado na última aplicação do ENEM, que ocorreu em meio à pandemia ocasionada pelo COVID-19, em que o Inep, por meio do seu perfil no *Instagram*, emite o seguinte alerta

Fique atento às orientações do Inep! O participante que não utilizar a máscara cobrindo totalmente o nariz e a boca, desde sua entrada até sua saída do local de provas, ou recusar-se, sem justificativa, a respeitar os protocolos de proteção contra a COVID-19, a qualquer momento, será eliminado do exame. A higienização das mãos com álcool em gel, próprio ou fornecido pelo Inep, será obrigatória antes da entrada na sala de provas (BRASIL, 2021).

Os participantes realizam a prova objetiva em dois dias, cada dia conta com 90 questões objetivas, nos quais são separadas por quatro áreas, a saber, Linguagens, Códigos e suas Tecnologias, Ciências Humanas e suas Tecnologias, Ciências da Natureza e suas Tecnologias, Matemática e suas Tecnologias, e uma prova discursiva. Isto significa que a disciplinarização do exame faz com que, além de mobilizar o saber para realizar a prova, na última edição do exame, os participantes tiveram que se responsabilizar sobre o próprio corpo, utilizando máscaras faciais e álcool em gel, dispostos em uma sala, no formato já habitual de aplicação da prova: enfileirados, em silêncio, portando documento de identificação, com um horário a seguir e uma série de protocolos a serem cumpridos para que o próprio aluno não causasse a sua desclassificação no processo. Deste modo, fica evidente que ainda na contemporaneidade o Estado utiliza-se de práticas disciplinares para exercer o poder e engendrar formas de controle.

O ENEM e a exigência da norma-padrão

Aos participantes é solicitado que escrevam um texto dissertativo-argumentativo na modalidade formal da língua portuguesa. Em material destinado à capacitação dos corretores do exame, a banca esclarece que será considerada uma escrita formal aquela que obedecer ao

que estabelece a norma-padrão: “A primeira competência da Matriz de Referência do Enem avalia o domínio que os participantes desse exame apresentam em seus textos quanto à modalidade escrita formal da Língua Portuguesa. Essa avaliação é pautada pelo que dispõe a norma-padrão” (BRASIL, 2019a, p. 13).

Conforme já apresentado, o exame conta com cinco competências, sendo que a primeira, denominada competência 01, avalia o emprego da modalidade formal da língua pelo participante e se divide em cinco níveis, precário, insuficiente, razoável, bom e excelente, em que precário corresponde a zero (0) pontos e excelente a duzentos (200) pontos. Os critérios de avaliação do uso da norma se concentram em dois aspectos principais, a estrutura sintática utilizada e os desvios cometidos, os quais são divididos em: desvios de convenções da escrita, gramaticais, de escolha de registro e de escolha vocabular. Essa configuração de correção da prova aponta para um dos aspectos mais importantes daquilo que Foucault (1987) chama de uma sociedade disciplinar, a normalização.

Na segunda competência, os avaliadores verificam se os candidatos compreenderam a proposta de redação, o uso de repertório sociocultural e a adequação ao tipo textual exigido. Já na terceira, os corretores analisam a capacidade de seleção, organização e interpretação das informações utilizadas na produção textual a fim de estabelecer o nível de apropriação argumentativa dos alunos. A quarta competência é destinada à capacidade dos participantes em utilizar os mecanismos linguísticos necessários para a argumentação e, por fim, a quinta competência examina a proposta de intervenção construída para o problema delimitado na redação, levando em conta o respeito aos direitos humanos. A banca estabelece que todas as competências sejam avaliadas, conforme mencionado ao explicitarmos a competência um, em cinco níveis que vão de (0) zero a (200) duzentos pontos, sendo que o nível 01 corresponde a nota 0 ou 40, nível 02, nota 80, nível 03, nota 120, nível 04, nota 160 e nível 05, nota 200.

A exigência da norma-padrão não pode ser considerada como um acontecimento acidental, mas sim histórico e construído. De muitas formas, essa é a variante que está associada à classe dominante, ao discurso de meritocracia, como forma de sedução, entre outros. Logo, a escolarização é a forma pela qual escolheu-se normalizá-la entre os sujeitos. A função da escola em ensinar a norma já está cristalizada em uma memória social e discursiva, dado que são raros os discursos contrários a essa função, o que pode ser e é questionado é a ênfase às metodologias, a prática pedagógica utilizada para esse ensino. De acordo com Veiga-Neto, a escolarização ainda é importante ao Neoliberalismo, pois nenhuma outra instituição mostrou-se tão eficaz em estabelecer um “nexo entre saber e poder” (VEIGA-NETO, 2000, p. 3).

A imposição da norma-padrão legitima o discurso de que a gramática normativa deve ser ensinada nas escolas, torna-se uma das condições que posiciona apenas o uso da variante enquanto verdade e que reverbera efeitos de sentidos em determinadas formações discursivas. Foucault (1996, p. 4) nos ensina que os discursos podem funcionar como sistemas de exclusão, dentre eles, destaca a vontade de verdade relacionando-a a uma instituição.

Ora esta vontade de verdade, tal como os outros sistemas de exclusão, apoia-se numa base institucional: ela é ao mesmo tempo reforçada e reconduzida por toda uma espessura de práticas como a pedagogia, claro, o sistema dos livros, da edição, das bibliotecas, as sociedades de sábios outrora, os laboratórios hoje. Mas é também reconduzida, e de um modo mais profundo sem dúvida, pela maneira como o saber é disposto numa sociedade, como é valorizado, distribuído, repartido e, de certa forma, atribuído. Evoquemos aqui, e a título simbólico somente, o antigo princípio grego: a aritmética é tratada nas sociedades democráticas, porque ensina as relações de igualdade, mas a geometria apenas deve ser ensinada nas oligarquias, dado que demonstra as proporções na desigualdade.

Percebe-se que os enunciados relacionados ao ensino ou à utilização da norma-padrão são sempre tomados por vontades de verdade. Quanto ao *corpus*, ressalta-se que, ao escolher certos enunciados, excluímos outros, ou seja, o efeito de sentido ocasionado pela obrigatoriedade do uso da norma pode possibilitar que o discurso de exclusão e desigualdade emerja.

Ainda que seja enfatizado pela banca que a correção deve ser justa e objetiva, conforme fica explícito no trecho “[...] apresentaremos [...] as estratégias que tornam esse processo eficaz, homogêneo e objetivo, de modo a garantir uma nota justa ao participante” (BRASIL, 2019b), o fato de escolherem a variante da classe dominante retoma as condições necessárias para que enunciados sobre a desigualdade no sistema de educação da rede básica irrompa, antes do exame, durante e depois.

A formação discursiva a respeito da norma-padrão em perfis de professores de língua portuguesa no *Instagram*

O *Instagram*, rede social on-line que permite que os usuários compartilhem informações pessoais ou profissionais, conforme já mencionado, conta com “mais de um 1 bilhão de contas ativas todos os meses”⁴, segundo o site da empresa *Facebook*. De acordo com a afirmação de

⁴ Disponível em: <<https://pt-br.facebook.com/business/marketing/instagram>>. Acesso em: 12 fev. 2021

Veiga-Neto e Moraes (2008, s/p),

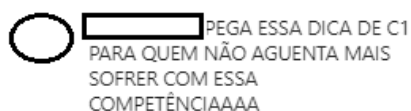
[...] ‘consumir informação’ e ‘tornar-se informação consumível’ geram situações e experiências que são quase sempre tidas como desejáveis ou, até mesmo, necessárias. Essas situações funcionam tanto como elementos de controle e distinção social, quanto como poderosos dispositivos de subjetivação.

Em consonância com o exposto pelos autores, compreender a relevância do *Instagram* ao atingir bilhões de pessoas mensalmente e ter a capacidade de subjetivar esses indivíduos não faz com que deixemos de considerar que esse continue sendo um papel da escola, entretanto, ao analisar perfis de indivíduos que assumam a posição de sujeito-professor dentro do aplicativo, torna possível compreendermos de que forma as novas práticas de subjetivação, ainda relacionadas à escola, constituem os sujeitos e possibilitem práticas discursivas.

Logo, o *corpus* analisado nesta investigação é composto por quatro perfis de professores de língua portuguesa, cujo conteúdo seja voltado à redação do ENEM. Dentro dos perfis, selecionamos quatro *posts* que abordem a exigência do uso na norma-padrão. A fim de facilitar as análises, fizemos recortes dos *posts* selecionados de acordo com a regularidade ou dispersão encontrada.

Ao analisar as publicações, percebemos que os quatro professores preferiram utilizar o termo técnico próprio do critério de correção do exame para situar a temática do conteúdo. Assim, em todos os *posts* há a presença do termo “competência 01” ou “C1”, relacionada à escrita formal, à norma-padrão, como aparece nos enunciados que compõem esta primeira série enunciativa:

Enunciado 1



Fonte: *Instagram* do sujeito 01, 2020

Enunciado 2

A competência 1 é uma das que mais apavoram os candidatos. Vocês está preparado pra ela? 📖

Fonte: *Instagram* do sujeito 02, 2020

Enunciado 3

Marque nos comentários aquela galera que precisa melhorar a C1! 📖

Fonte: *Instagram* do sujeito 03, 2021

Enunciado 4



Fonte: *Instagram* do sujeito 04, 2021

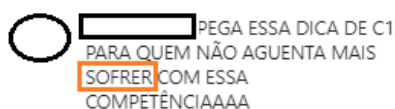
A utilização do termo técnico “competência 01”, provavelmente, está atrelada a dois fatores: primeiro, a validação do saber a respeito do conteúdo que está sendo ensinado, uma vez que, ao utilizar esse termo, o professor assume a posição de que possui um conhecimento relevante para transmitir ao aluno; e o segundo relaciona-se ao exposto por Foucault em *Vigiar e Punir* (1987, p. 153), “O exame [...] é um controle normalizante.”

Uma das condições de possibilidade que permitem que esses sujeitos utilizem essa nomenclatura é o fato de o exame exercer um controle que normaliza, ou seja, para ter autoridade para falar sobre o assunto, é necessário que se utilize os termos que foram normalizados para que produzam um efeito de sentido que caracterize aquele enunciado como verdade. Conforme explica Foucault (1996), não dizemos o que queremos, da forma que queremos, há um controle sobre os discursos produzidos. Nesse caso, a regularidade aponta para um controle produzido pelo próprio exame que pode ser verificado na construção discursiva dos professores.

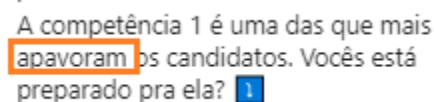
No domínio dos enunciados referentes à competência 1, traçamos a regularidade dos enunciados que compõem esta primeira série e analisamos o funcionamento de práticas de normatização e de normalização que residem no âmbito da padronização da língua; quem não apresentar o texto nos padrões estabelecidos é punido com o decréscimo da nota, evidenciado com os verbos “sofrer”, “apavorar”, “melhorar” e com o enunciado imagético em vermelho, denunciando um alerta.

Dito isso, argumentamos em favor de que o ensino de língua em uma perspectiva que não respeita as manifestações de subjetividade discente acaba por punir quem se candidata ao exame, ainda que apresente conhecimento linguístico suficiente para redigir o texto solicitado. Como teoriza Foucault (2001, p. 23), o exame tem por função “legitimar, na forma do conhecimento científico, a extensão do poder de punir a outra coisa que não a infração”.

Em sequência, no prosseguimento da análise, as publicações selecionadas apresentam outra regularidade: três, dentre os quatro professores, referem-se ao conhecimento acerca da norma como algo difícil, doloroso e que faz com que aqueles que precisam obter esse conhecimento sofram.



Fonte: *Instagram* do sujeito 01, 2020



Fonte: *Instagram* do sujeito 02, 2020

Colocação pronominal é aquele
tópico da gramática que tira o sono
de diversos vestibulandos! 😊

Fonte: *Instagram* do sujeito 03, 2020

Ampliamos a análise dos enunciados já apresentados e destacamos os verbos “sofrer”, “apavorar” e a expressão “tirar o sono”, os quais remetem a uma rede de enunciados já formulados que compõem um campo associado sobre uma memória discursiva, na qual o conhecimento sobre a norma-padrão é associado à incapacidade do falante, ainda que nativo da língua portuguesa, de obter esse saber. A exigência do uso dessa variante pelo exame comprova a afirmação de Foucault (1987, p. 81), de que o exame “é um controle normalizante, uma vigilância que permite qualificar, classificar e punir”.

Os participantes são separados em níveis que classificarão o seu saber a respeito da norma, aqueles que comprovarem um nível satisfatório serão qualificados, já aqueles que não atingirem o esperado serão punidos e desqualificados. Desse modo, os efeitos de sentido provenientes dos verbos ratificam o discurso de que é necessário aprender, preparar-se para o exame, entretanto retomam o efeito normalizador e segregador dessa variante.

A seguir, fizemos um recorte no *post* elaborado pelo sujeito 4, identificado pela marcação colorida na imagem. É interessante observar que, ainda que traga um conteúdo relacionado à norma-padrão, há uma dispersão no que se refere a relação norma/falante.

Tô passando aqui pra te deixar umas
últimas dicas em relação à gramática.
Lembra sempre que a gente pode
trocar quando houver dúvidas, que a
gente manda no nosso texto e que
não precisamos criar problemas pra
gente mesmo, neeeaaah?

Fonte: *Instagram* do sujeito 03, 2020

Conforme destacado, as expressões “a gente manda no nosso texto” e “não precisamos criar problemas” não colocam o aluno como refém em uma relação de dominação, na qual nunca obteria êxito, mas faz com que aqueles que assumirem a posição de sujeito desses enunciados sintam-se confortáveis em utilizar a variante. Isso ratifica uma outra formação discursiva, na qual os discursos acerca da competência linguística dos alunos, da habilidade de se adequarem a diversas situações comunicativas e mobilizarem a língua para isso mostram-se presentes. Vale ressaltar que não é nossa intenção destacar esta ou aquela posição como certa,

mas perceber a partir das análises qual é o discurso dos professores a respeito do funcionamento da língua.

Nestes movimentos discursivos, observamos como o saber-poder pedagógico e a ordem do olhar, no funcionamento do exame no ENEM docilizam o corpo dos sujeitos da educação. De um lado, o sujeito-professor, impelido a ensinar o modo pelo qual o discente será avaliado. De outro, o sujeito-aluno, que precisa atender à demanda presentificada na prova para que sua existência seja útil e produtiva à maquinaria do poder com seu ingresso no ensino superior. A esse respeito, Foucault (1987, p. 132) explica que “o corpo é objeto de investimentos tão imperiosos e urgentes; em qualquer sociedade, o corpo está preso no interior de poderes muito apertados, que lhe impõem limitações, proibições ou obrigações”.

Há em nossa sociedade enunciados sobre o fracasso do ensino tradicional de gramática nas escolas e enunciados que mostram o uso da tecnologia como uma solução ao que é visto como problema, o desinteresse dos jovens e uma forma ativa de ensinar. Na discussão aqui proposta, estamos analisando a obrigação do emprego da norma-padrão na prova discursiva do ENEM, aspecto que poderia ser facilmente atrelado à escola tradicional, entretanto essa análise se dá em um suporte midiático, uma rede social. Seria pertinente averiguar, em outro momento, se a forma como o ensino ocorre nesse formato afeta o processo de ensino/aprendizagem dos alunos. Vejamos o conteúdo presente nas publicações desta série enunciativa:

Enunciado 1



Fonte: *Instagram* do sujeito 01, 2020.

Enunciado 2



Fonte: *Instagram* do sujeito 02, 2020

Enunciado 3



Fonte: *Instagram* do sujeito 03, 2020

Enunciado 4



Fonte: *Instagram* do sujeito 04, 2020

Conforme mencionado, o foco desta discussão não é ditar se o ensino da norma-padrão deve ou não ocorrer e a forma como isso deve acontecer, mas demonstrar de que forma enunciados sobre a gramática normativa continuam sendo produzidos ainda que fora do espaço tradicional escolar. Por isso, atentamo-nos ao fato de que quatro professores escolhem produzir publicações, nas quais os *posts* se concentram em priorizar temáticas, como a aplicação da vírgula, colocação pronominal, últimas dicas sobre a norma antes da prova e questões sobre as convenções da escrita ainda que no espaço digital. Percebe-se, então, que a produção dessas publicações está condicionada a alguns aspectos, tais como, para que o aluno se sinta convencido do saber proposto, é necessário que este conteúdo esteja relacionado ao que impetra o edital. Ademais, esses professores, por meio do resultado dos alunos, também serão classificados, portanto se assujeitam ao que é normatizado para que possam ser constituídos como bons professores.

No bojo do poder disciplinar, que classifica e hierarquiza, dentre outras manifestações do exercício do poder, Foucault (1987, p. 167) expõe que “as instituições disciplinares produziram uma maquinaria de controle que funcionou como um microscópio do comportamento; as divisões tênues e analíticas por elas realizadas formaram, em torno dos homens, um aparelho de observação, de registro e de treinamento”.

Além disso, há uma exigência de que a norma-padrão seja utilizada, a respeito disso, esses professores se colocam na função dos sujeitos que oferecem a possibilidade de ensinar de forma personalizada o que será solicitado. Logo, percebe-se que a função disciplinar da escola, o controle propiciado pelo exame e a obrigatoriedade da norma condicionam a produção de

discursos dos professores em análise sobre o funcionamento da língua, os seus dizeres a respeito da competência 01 não são e nem serão livres, mas sim controlados.

Palavras finais

Intentamos, por meio dessa breve investigação, observar de que forma a prova discursiva do Exame Nacional do Ensino Médio visa normatizar e normalizar os sujeitos que assumem a posição de sujeito-professor no *Instagram* e produz um funcionamento a respeito da língua. A partir das regularidades encontradas, buscamos averiguar quais são as condições de possibilidade que permitem esse funcionamento.

Partindo do pressuposto de que o ENEM é um dispositivo disciplinar, conseguimos perceber o que Foucault afirma em *Vigiar e Punir* (1987, p. 142): “A disciplina ‘fabrica’ indivíduos; ela é a técnica específica de um poder que toma os indivíduos ao mesmo tempo como objetos e como instrumentos de seu exercício”. Mediante as análises, fica evidente que o ENEM é um dispositivo a serviço de um poder disciplinar, que seduz os indivíduos para que possa ser ainda mais eficaz. Os indivíduos que assumiram a posição de sujeito-professor, ao tornarem as suas contas pessoais em contas profissionais, são indivíduos fabricados e possibilitados pelas inúmeras condições de possibilidade que fundamentam o exame.

As regularidades encontradas, a exemplo, a produção de saberes a respeito da norma direcionada à aprovação do estudante, são prova de que há uma interpretação por parte dos sujeitos, que formam o discurso de que, se a modalidade exigida é a padrão, a norma que deve ser ensinada, ainda que os alunos “sofram”, “percam o sono” e se “apavorem”, é a padrão. Isso é prova de que a utilização do exame enquanto dispositivo de “adestramento” ainda se mostra útil às práticas de poder vigentes. A utilidade do dispositivo se efetiva ainda mais ao percebermos que a normalização e controle imposta por ele conseguem perpetuar os seus efeitos de sentido para além da aplicação da prova. Os sujeitos, pais, alunos, professores, entre outros, todos são envolvidos em uma rede de saber e poder que gira em torno da aplicação do ENEM, desta maneira essa análise se justifica, posto que fabricar sujeitos implica produzir enunciados, discursos que se inserem em formações discursivas, e compreender como isso é constituído mostra-se de extrema relevância.

Referências

BRASIL. Lei n. 9394 de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial da União**, Brasília, 23 dez. 1996.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM): fundamentação teórico-metodológica**. Brasília: O Instituto, 2005.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, 2017. Disponível em: <<http://basenacionalcomum.mec.gov.br/a-base>>. Acesso em: 29 jan. 2021.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). **A redação no Enem 2019: cartilha do participante**. Brasília, 2019a.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Enem Redações 2019: material de leitura, módulo 03, competência I**. Brasília, 2019b.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir: história da violência nas prisões**. Petrópolis: Vozes, 1987.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**. 3. ed. Tradução Laura Fraga de Almeida Sampaio. São Paulo: Edições Loyola, 1996.

FOUCAULT, M. **Os anormais**. Curso no Collège de France (1974-1975). Tradução Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

FOUCAULT, Michel. **A arqueologia do Saber**. 7. ed. Tradução Luiz Felipe Baeta Neves. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.

FRANCHI, Carlos et al. **Mas o que é mesmo “gramática”?**. São Paulo: Parábola Ed., 2008.

GREGOLIN, Maria do Rosário Valencise. O enunciado e o arquivo: (en)trevista com Foucault. In: SARGENTINI, V.; NAVARRO-BARBOSA, P. (Org.). **Michel Foucault e os domínios da linguagem: discurso, poder, subjetividade**. São Carlos: Claraluz, 2004.

INSTAGRAM: **Inep @inep_oficial**. Disponível em: <https://www.instagram.com/inep_oficial/>. Acesso em: 06 fev. 2021

INSTAGRAM: **Luma e Ponto @lumaeponto**. Disponível em: <<https://www.instagram.com/lumaeponto/>>. Acesso em 29 jan. 2021.

INSTAGRAM: **Prof. Henrique Araujo @profhenriquearaujo**. Disponível em: <<https://www.instagram.com/profhenriquearaujo/>>. Acesso em: 29 jan. 2021.

INSTAGRAM: **Professora Milla Borges @profmillaborges**. Disponível em: <<https://www.instagram.com/profmillaborges/>>. Acesso em: 02 fev. 2021.

INSTAGRAM: **Romulo Bolivar/ Redação @romulobolivaroficial**. Disponível em: <<https://www.instagram.com/romulobolivaroficial/>>. Acesso em: 29 jan. 2021.

LARROSA, Jorge. Tecnologias do eu e educação. In: SILVA, T. T. **O sujeito da educação**. Petrópolis: Vozes, v. 1, n. 994, p. 35-86, 1994.

MORAES, Antônio Luiz; VEIGA-NETO, Alfredo. Disciplina e controle na escola: do aluno dócil ao aluno flexível. In: **Anais do IV Colóquio Luso-Brasileiro sobre Questões Curriculares**. Florianópolis: UFSC, 2008, p. 1-18.

SOUSA, Kátia Menezes. Das condições de possibilidade dos discursos em Michel Foucault: uma breve análise do presente. In: FERNANDES JÚNIOR, A.; STAFUZZA, G. B. (Org.). **Discursividades contemporâneas: política, corpo, diálogo**. Campinas: Mercado de Letras, 2017, p. 101-130.

VEIGA-NETO, Alfredo. Educação e governamentalidade neoliberal: novos dispositivos, novas subjetividades. In: CASTELO BRANCO, G.; PORTO-CARRERO, V. (Org.). **Retratos de Foucault**. Rio de Janeiro: Nau, 2000, p. 179-217.

VEIGA-NETO, Alfredo. Governamentalidade e educação. **Revista Colombiana de Educación**, Bogotá, n. 65, p. 19-41, 2013. Disponível em: <<https://revistas.pedagogica.edu.co/index.php/RCE/article/view/2179>>. Acesso em: 10 jan. 2022. DOI: <https://doi.org/10.17227/01203916.65rce19.41>

VEIGA-NETO, Alfredo. **Foucault & a Educação**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2014.

Recebido em: 25 de janeiro de 2022

Aceito em: 18 de março de 2022